

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Trabalhadores da construção civil serão impactados

Piso salarial paulista sobe para R\$ 1.874,36, alta de 46%

O governador Tarcísio de Freitas sancionou na quinta-feira (28) a lei que reajusta o piso salarial paulista para R\$ 1.874,36. O novo valor representa aumento nominal de 46% em relação aos R\$ 1.284 pagos em 2022. A medida entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação da nova lei. Com a mudança, o piso estadual ficará 15,6% acima do salário mínimo nacional, atualmente em R\$ 1.621. Segundo informações, o reajuste supera a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período. O piso paulista é destinado a categorias sem salário profissional definido em lei federal ou acordo coletivo, como trabalhadores domésticos, cuidadores de idosos, garçons, motoboys, operadores de telemarketing, serventes e pintores.

Nova fase mira fraudes nos combustíveis

As forças de segurança de São Paulo e órgãos federais deflagraram na quinta-feira (28) a fase "Fluxo Oculto" da Operação Carbono Oculto, que investiga esquema criminoso no setor de combustíveis. Foram expedidos 42 mandados de busca e apreensão em várias regiões do estado. A ação apura adulteração de combustíveis, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Mais de 170 policiais militares e 38 auditores fiscais participam da operação.

Divulgação/Governo de SP



Proposta pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas

SP amplia consulta do saneamento

O Governo de São Paulo prorrogou por 15 dias a consulta pública do programa UniversalizaSP, voltado à ampliação do saneamento em 146 municípios paulistas. Com a medida, contribuições poderão ser enviadas até 12 de junho. O projeto prevê investimentos de R\$ 29 bilhões até 2033 e mais de R\$ 100 bilhões até 2060 em obras e operações. Segundo o Estado, a proposta pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas com ampliação do acesso à água tratada e esgoto. A consulta inclui documentos sobre contratos, edital e plano regional.

Estado reforça ações contra greening

O Governo de São Paulo publicou resolução que atualiza medidas de prevenção e controle do greening, principal doença da citricultura. A norma intensifica o monitoramento do psilídio, inseto transmissor da praga, orienta municípios conforme o nível de incidência e flexibiliza a erradicação de plantas doentes em áreas mais afetadas. Também foram definidas novas regras para o transporte interestadual de frutas.

Debates na Alesp

Deputados da Assembleia Legislativa debateram, na 69ª Sessão Ordinária de 2026, temas ligados à segurança pública, combate ao feminicídio e manutenção de delegacias. Também foram discutidos falta de policiais, crime organizado, fim da escala 6 por 1, renda básica universal e a demolição do Presídio do Hipódromo.

Ração solidária

Projeto do deputado Ricardo França prevê incentivo fiscal para empresas que doarem ração a entidades de proteção animal em São Paulo. A proposta autoriza isenção de ICMS sobre produtos destinados a cães e gatos acolhidos. Segundo o parlamentar, a medida busca garantir regularidade no fornecimento de alimentos.

Projetos avançam

A Comissão de Constituição e Justiça da Alesp aprovou 71 projetos na quarta-feira (27). Entre as propostas que avançaram estão medidas sobre prevenção de quedas em idosos, instalação de válvulas em hidrômetros, apoio a mães atípicas, auxílio aluguel para pessoas LGBTI+ e vacinação gratuita de cães e gatos no estado paulista.

Combate ao assédio

O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou o programa "Daps Itinerante", que levará ações presenciais a fóruns do estado para prevenir assédio moral, sexual e discriminação. A iniciativa prevê palestras, rodas de conversa e capacitação para servidores e magistrados, ampliando o acesso a orientações e canais de apoio do Judiciário paulista.

Mudanças no seguro

A Escola Paulista da Magistratura promoverá, na próxima quarta-feira (3), palestra sobre as mudanças da Lei nº 15.040/24 relacionadas ao contrato de seguro. O evento será híbrido, com participação gratuita de profissionais do Direito e servidores do TJ-SP. As inscrições seguem abertas até 1º de junho, com vagas presenciais e online.

Lista ao TJ-SP

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo definiu, na quarta-feira (27), a lista tríplice para o cargo de desembargador pelo Quinto Constitucional do Ministério Público. Foram escolhidos Wallace Paiva Martins Júnior, Marco Antonio Marcondes Pereira e Ricardo de Barros Leonel. A relação será encaminhada ao governador.



Mercado de datacenters deve receber cerca de US\$ 3 trilhões

FecomercioSP reforça apoio ao Redata em Brasília

Entidade participa de articulação para acelerar investimentos

Por Redação

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) ampliou a atuação em defesa da aprovação do Projeto de Lei 278/2026, conhecido como Redata, durante mobilização realizada em Brasília em torno da agenda de transformação digital do País. A entidade participou do almoço-debate "Redata pelo Futuro Digital do Brasil", encontro que reuniu parlamentares, representantes do governo federal, especialistas e lideranças empresariais para discutir medidas voltadas à ampliação de investimentos em datacenters, Inteligência Artificial (IA) e infraestrutura tecnológica.

A FecomercioSP integra a articulação liderada pela Coalizão das Frentes Produtivas, que reúne mais de 30 entidades empresariais e diferentes frentes parlamentares em defesa da modernização do ambiente regulatório brasileiro. O grupo pressiona o Senado Federal a votar o PL 278/2026, considerado estratégico para ampliar a competitividade nacional no setor digital.

Segundo o manifesto apresentado pelas entidades, o mercado global de datacenters deve receber cerca de US\$ 3 trilhões em investimentos nos próximos anos. A estimativa é que o Brasil possa atrair entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em até quatro anos, caso sejam criadas condições regulatórias e tributárias consideradas favoráveis à instalação de novos empreendi-

mentos tecnológicos. Os defensores do projeto afirmam que a expansão da infraestrutura digital pode gerar empregos, fortalecer cadeias produtivas ligadas à tecnologia e ampliar a capacidade nacional de processamento de dados, além de acelerar o desenvolvimento da Inteligência Artificial no País. Durante o encontro, o presidente em exercício da FecomercioSP, Ivo Dall'Acqua Júnior, destacou que a discussão representa uma mudança de posicionamento do Brasil diante da economia digital internacional. Segundo ele, o País precisa ampliar a abertura ao mercado global para atrair investimentos e consolidar o protagonismo na nova economia tecnológica.

O dirigente também afirmou que a mobilização já começa a apresentar resultados no Congresso Nacional e defendeu o avanço da proposta no Senado. Para Dall'Acqua Júnior, o Redata representa um passo importante para a transformação digital brasileira e reflete um consenso entre setores econômicos e parte da sociedade.

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, afirmou que investidores internacionais acompanham a tramitação do projeto e aguardam a definição sobre a proposta para anunciar novos aportes no Brasil.

O debate também destacou que países da América Latina avançam na disputa por investimentos em infraestrutura digital, enquanto o Brasil ainda enfrenta entraves.